

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

GESTÃO E OS RECURSOS FINANCEIROS ESCOLARES: COMO POLÍTICA PÚBLICA

Maria Cláudia Oliveira Aranha de Souto

Especialização em Educação Física, promovido pela UFPB, para obter o título de Especialista em Educação Física Escolar. 2001; - Especialização a distância em Gestão Educacional, promovido UFPB, para obter o título de Especialista em Gestão Escolar. 2005;

RESUMO: Este artigo discute a relevância das prioridades e do planejamento na administração dos fundos escolares, visando potencializar seu efeito e favorecer o processo de ensino. O propósito deste artigo é examinar a administração dos fundos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), analisando sua utilização nos programas de educação e os obstáculos encontrados na procura por eficiência e transparência. Utilizou-se a técnica de revisão bibliográfica, que envolve a avaliação crítica e sistemática de fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e relatórios governamentais relevantes ao assunto. O objetivo da revisão é entender a importância do FNDE para a educação pública brasileira e como ele se transformou em uma ferramenta necessária para o financiamento da educação básica no país. Os achados desta avaliação minuciosa sugerem que o FNDE tem um papel fundamental na promoção da descentralização e independência da administração escolar, auxiliando na inclusão social e na solidificação da escola como um ambiente participativo. Contudo, são identificados desafios, tais como a exigência de uma maior supervisão para assegurar o uso adequado dos recursos e a relevância de reconsiderar a estratégia do Estado nas políticas de educação. A conclusão é que o FNDE é um instrumento para fomentar a autonomia e a democratização da administração escolar, auxiliando na promoção de uma educação mais inclusiva e justa.

Palavras-chave: FNDE. Gestão Financeira. Educação Pública.

Introdução

O financiamento da escola pública é um elemento fundamental a ser levado em conta no âmbito das políticas educacionais públicas. Ele tem um papel essencial no reforço da política e administração educacional, sendo um dos elementos fundamentais para a execução do sistema de ensino. A maneira como os fundos são alocados, distribuídos e utilizados tem um impacto direto na qualidade do ensino proporcionado, no acesso à educação e na igualdade entre as diversas regiões do país (Torres, 2019).

Neste cenário, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) desempenha uma função necessária como agente de implementação das políticas de financiamento da educação básica, através de programas como o PNAE, PDDE, PNLD e outros. O papel do FNDE não se limita apenas à transferência de fundos inclui também a

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

regulamentação, supervisão, monitoramento e avaliação da implementação financeira desses programas.

No entanto, ainda existem muitos obstáculos na administração desses recursos, particularmente nos municípios com menor competência técnica e administrativa. A falta de treinamento, a burocracia, as situações de gestão inadequada e a eficácia reduzida em certas medidas ameaçam o alcance das metas educacionais estabelecidas em planos como o Plano Nacional de Educação (PNE) (Araújo,2023).

A questão que impulsiona esta pesquisa é: De que maneira a administração dos fundos transferidos pelo FNDE impacta a eficácia das políticas públicas educacionais no Brasil, particularmente no que se refere à eficácia, transparência e qualidade da educação básica?

A seleção deste assunto é justificada pela necessidade de avaliar de forma crítica a aplicação dos fundos públicos destinados à educação, levando em conta sua importância para o progresso social e a luta contra as desigualdades. Entender o funcionamento do FNDE e os principais obstáculos na administração financeira da educação pode auxiliar na criação de soluções mais eficazes, aprimorar a governança e assegurar um ensino público de alta qualidade para todos.

GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA

A administração pública contemporânea ultrapassa a mera realização de tarefas administrativas; ela visa eficiência, eficácia, economia e, principalmente, transparência na utilização dos fundos públicos. A governança pública engloba práticas que asseguram a tomada de decisões conscientes, a realização dos objetivos institucionais e a prestação de contas à comunidade (Santos,2018).

A governança pública refere-se ao conjunto de técnicas de liderança, estratégia e controle implementadas para avaliar, orientar e supervisionar o desempenho da administração pública. No âmbito educacional, esses princípios ganham ainda mais importância, pois a qualidade da educação pública está diretamente ligada à forma como os recursos são planejados, distribuídos e empregados.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

A governança eficaz também exige o envolvimento da sociedade, a supervisão de entidades de controle (como os Tribunais de Contas) e a aplicação de recursos tecnológicos que incentivem a transparência e a rastreabilidade dos fundos públicos (Batista,2019).

As políticas públicas de educação são as ferramentas utilizadas pelo Estado para assegurar o direito à educação. A Constituição Federal de 1988 define a educação como um direito universal e uma obrigação do Estado e da família, que deve ser incentivada e promovida com a participação ativa da sociedade. Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 39-40):

As políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. Os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e formular, colaborativamente, práticas formativas e inovadoras em vista de outro tipo de sujeito a ser educado, com base em uma visão sócio crítica de sociedade.

No Brasil, o financiamento da educação é dever da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o sistema de colaboração estabelecido no artigo 211 da Constituição. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei Nº 9.394/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE) direcionam a alocação de recursos e os objetivos a serem alcançados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) define objetivos para aumentar o investimento público em educação pública até atingir, no mínimo, 10% do Produto Interno Bruto (PIB), evidenciando a necessidade de expandir e melhorar os investimentos nesse setor. Portanto, o financiamento da educação básica através de políticas públicas demanda planejamento estratégico, supervisão e avaliação contínuas (Cesário,2019).

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O FNDE, estabelecido pela Lei Nº 5.537/1968 e reestruturado ao longo dos anos, é uma entidade vinculada ao Ministério da Educação encarregada da implementação de políticas públicas voltadas para o financiamento da educação. O seu papel é fundamental para garantir o funcionamento de programas que impactam milhões de alunos em todo o país.

Dentre suas responsabilidades principais estão a transferência de fundos, o suporte técnico aos entes federativos e a supervisão da implementação dos programas. O FNDE opera através de transferências voluntárias e automáticas, em programas como:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
- Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)
- Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE)
- Caminho da Escola, entre outros (Oliveira,2025).

Estes programas têm como objetivo assegurar condições básicas de operação e igualdade no acesso à educação. Para alcançar tal objetivo, o FNDE criou sistemas como o SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação), o SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle), além de instrumentos de controle social e transparência.

Devido à sua configuração e funcionamento, o FNDE é visto como um dos principais mecanismos para a promoção da justiça social através do financiamento da educação, mesmo que se depare com obstáculos como a complexidade administrativa e a disparidade de capacidade entre as entidades federativas.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

OS RECURSOS FINANCEIROS DO FNDE

A administração dos fundos no âmbito do FNDE é um dos alicerces operacionais das políticas públicas de educação no Brasil. A execução eficaz é necessária para assegurar a operação de escolas públicas em todo o território nacional, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Examinaremos os programas mais financiados pelo FNDE, os métodos empregados para a distribuição dos fundos e os principais obstáculos encontrados na implementação orçamentária (Libâneo, 2004).

Principais Programas Financiados

O FNDE é encarregado de gerenciar vários programas de apoio à educação, intervindo diretamente na distribuição de fundos para escolas, estados e municípios. Entre os aspectos mais significativos, merecem destaque:

- O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Aloca recursos financeiros para fornecer uma alimentação balanceada e apropriada aos alunos da educação básica pública, favorecendo o crescimento e o aprendizado. Além da questão nutricional, incentiva a compra de alimentos provenientes da agricultura familiar.
- Programa Dinheiro Direto na Educação (PDDE): Financiamento direto às escolas públicas para pequenas reformas, compra de materiais e aprimoramento da infraestrutura. A sua agilidade e independência proporcionam às escolas uma maior capacidade de atender às demandas locais.
- Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD): Encarregado de comprar e distribuir livros didáticos e literários para escolas públicas, beneficiando milhões de estudantes e docentes, priorizando a excelência pedagógica e a igualdade.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

- O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Estudante (PNATE): Provê recursos para o deslocamento de alunos da zona rural até as instituições de ensino, com o objetivo de combater a evasão escolar e ampliar o acesso ao ensino.
- Programa Caminho da Escola: Atua na renovação da frota de veículos escolares, priorizando a segurança, a qualidade e o conforto no deslocamento de estudantes, principalmente os provenientes de regiões rurais (Nunes, 2011).

Esses programas afetam diretamente o dia a dia das escolas e a permanência do estudante no ambiente escolar, atuando como ferramentas essenciais para assegurar o direito à educação.

Mecanismos de Distribuição e Controle

Os fundos do FNDE são distribuídos através de dois principais mecanismos:

- Movimentações automáticas: efetuadas com base em critérios concretos como o número de matrículas, a localização geográfica e os indicadores sociais, sem a exigência de acordos. Trata-se dos programas PNAE, PDDE e PNATE.
- Doações voluntárias: requerem a assinatura de acordos, termos de compromisso ou documentos semelhantes. Requerem uma proposta formal, avaliação técnica e aprovação do FNDE, sendo utilizadas principalmente em obras e aquisições particulares.
- O FNDE emprega sistemas integrados para assegurar o monitoramento, a prestação de contas e a supervisão:

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

- SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle): instrumento empregado por estados e municípios para apresentar e monitorar propostas e projetos na área da educação.
- SIGPC (Sistema de Gerenciamento de Prestação de Contas): local onde as entidades beneficiárias fornecem documentos e relatórios necessários para comprovar a correta utilização dos fundos recebidos.
- SIOPE (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação): monitora o desempenho financeiro e orçamentário dos entes federativos no setor educacional, possibilitando o controle social e o planejamento estratégico (Araújo,2023).

Esses procedimentos têm como objetivo garantir mais transparência, eficácia e rastreabilidade na utilização de fundos públicos. Embora tenham ocorrido progressos institucionais e tecnológicos, ainda existem vários obstáculos na administração financeira dos programas do FNDE:

- Limitação de capacidade técnica: Diversos municípios, particularmente os de menor porte, encontram obstáculos técnicos ao elaborar projetos, prestar contas adequadamente e aplicar os fundos dentro dos prazos estipulados.
- Desigualdade regional: Nem sempre a distribuição justa de recursos resulta em igualdade de resultados, pois municípios com menor capacidade administrativa tendem a ter resultados inferiores.
- Dificuldades na prestação de contas: Atraso, falhas formais e ausência de documentos prejudicam a liberação de novos fundos e podem resultar em penalidades.
- Erros e má administração: Casos de corrupção, fraudes em licitações e utilização imprópria de fundos ainda são comuns e prejudicam a confiabilidade dos programas.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

- Participação social reduzida: A falta de conselhos atuantes e de participação social efetiva diminui a influência social e debilita a governança democrática.

Perante esses obstáculos, é essencial fortalecer a administração local, capacitar profissionais e implementar políticas de transparência ativa para garantir que os fundos do FNDE sejam empregados conforme seu propósito (Torres,2019).

ANÁLISE CRÍTICA: EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DOS RECURSOS

A utilização eficaz e clara dos fundos públicos destinados à educação é uma obrigação legal e ética que busca garantir o direito de aprender de forma justa e de alta qualidade. Contudo, a realidade demonstra que, mesmo com os progressos institucionais e as ferramentas de controle postas em prática pelo FNDE, ainda persistem importantes falhas na administração dos recursos, particularmente a nível local. Esta análise fornece uma avaliação crítica sobre a eficácia do uso dos fundos do FNDE e as ferramentas disponíveis para assegurar a transparência e o controle da sociedade (Santos,2018).

A eficácia na administração dos fundos do FNDE está intrinsecamente ligada à habilidade técnica dos entes federativos em planejar, implementar e supervisionar as iniciativas educacionais financiadas. Frequentemente, nota-se uma diferença entre os recursos disponibilizados e os resultados alcançados.

Os relatórios de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) indicam que uma parte considerável dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), por exemplo, é subaproveitada ou empregada além do objetivo estabelecido. Em outras circunstâncias, projetos financiados através de acordos com o FNDE estão paralisados ou incompletos, resultando em desperdício de recursos públicos e impacto direto na qualidade da educação oferecida. Frequentemente, esses obstáculos estão ligados a:

- Ausência de planejamento e análise local.
- Insuficiência técnica dos funcionários públicos.
- Alternância de líderes e equipes.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

- Procedimentos burocráticos intrincados (Batista,2019).

A eficácia também se baseia na utilização de dados e indicadores para apoiar decisões, uma área ainda pouco explorada na maioria das cidades. A clareza na administração dos fundos públicos é um preceito constitucional e um requisito fundamental para a prática do controle social. Em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011), o FNDE fornece informações atualizadas sobre os repasses através do Portal da Transparência, do SIOPE e dos seus sistemas internos. No entanto, apenas a divulgação de informações não assegura automaticamente o acompanhamento do cidadão. A eficácia da transparência está intrinsecamente relacionada com:

- Transparência e facilidade de acesso aos dados.
- Presença e operação de órgãos de supervisão e controle (como os Conselhos do FUNDEB e de Alimentação Escolar).
- Educação cívica da comunidade educacional.
- Promoção da cultura de envolvimento nos processos decisórios (Cesário,2019).

Lamentavelmente, muitos conselhos operam apenas de maneira formal ou não possuem autonomia e capacitação adequada para atuar de forma independente. A falta de participação comunitária e a fragilidade institucional debilitam o controle social, favorecendo práticas de má administração. Embora existam desafios, existem exemplos bem-sucedidos de administração eficaz e transparente dos recursos do FNDE.

As cidades que investem na capacitação de seus administradores, empregam sistemas de gestão unificada e mantêm canais de participação social ativos têm conseguido aprimorar a execução do orçamento e obter resultados educacionais superiores. Alguns exemplos são:

- Ferramentas digitais de administração participativa.
- Colaborações com universidades para treinamento técnico.
- Emprego de indicadores de performance na distribuição de recursos.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

- Atuação transparente em mídias sociais e sites locais.

Estas práticas demonstram que é viável ultrapassar restrições históricas através da inovação na administração pública, do reforço institucional e do engajamento da sociedade (Oliveira,2025).

Considerações Finais

Esta pesquisa procurou entender o processo de administração dos fundos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), além dos obstáculos e possibilidades presentes na procura por maior eficácia e transparência na utilização desses fundos. A avaliação teórica e crítica indicou que, apesar do FNDE ser um recurso essencial para o financiamento das políticas educacionais, sua eficácia está fortemente atrelada à habilidade de administração dos entes subnacionais, à clareza das regras, à supervisão apropriada e à participação da sociedade.

Foi constatado que programas como o PNAE, PDDE, PNLD e PNATE desempenham um papel essencial na garantia do acesso, manutenção e aprimoramento da qualidade da educação pública no Brasil. Contudo, as informações indicam que ainda persistem obstáculos consideráveis, tais como o subaproveitamento de recursos, dificuldades na prestação de contas, falta de planejamento, corrupção e vulnerabilidade institucional. Esses elementos prejudicam a efetividade dos investimentos e, por consequência, o direito à educação de milhões de brasileiros.

Contudo, também foram identificadas boas práticas de administração em cidades que investiram na capacitação de seus profissionais técnicos, na transparência ativa e na interação com a comunidade escolar. Essas vivências demonstram que é viável aprimorar a administração pública através de ações relativamente simples, porém consistentes.

Com base no exposto, sugerimos algumas sugestões para melhorar a administração dos recursos do FNDE: Treinamento constante dos administradores locais, concentrando-se em planejamento, prestação de contas e utilização dos sistemas do FNDE; Desburocratização de procedimentos burocráticos, assegurando maior rapidez e clareza na implementação dos programas; Ampliação dos conselhos de supervisão, com

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

capacitação apropriada e incentivo à participação engajada da sociedade civil; Melhoria dos instrumentos de supervisão e avaliação, com indicadores claros que possibilitem medir os retornos dos investimentos e Promoção de práticas de transparência ativa, empregando diversos meios de comunicação e linguagem compreensível para o público.

Conclui-se que uma gestão eficaz dos recursos do FNDE é essencial para estabelecer uma educação pública de alto padrão, inclusiva e justa. Além de assegurar a distribuição de recursos, é necessário garantir sua correta utilização, com responsabilidade, planejamento e supervisão social.

Referências

ARAÚJO, K.S.X. de; G. M.das G.G.V. **O programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Política Educacional de Descentralização adotada pelo Governo Federal Brasileiro.** Espacio Abierto Volumen 32 N° 4 (octubre-diciembre) 2023,pp.229-241.

BATISTA, I.M.de S. Aspectos da gestão dos recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE): um estudo de caso em uma escola pública do interior da Bahia (2017- 2018). Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos, em tradução livre. **Revista Valore**, Volta Redonda, 4 (Edição Especial): 103-119, 2019.

CESÁRIO, E. A. C.; TEPEDINO, R. A.; NEVES, P. F. **Gestão dos Recursos Escolares: pequenos detalhes, grandes desafios.** 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização gestão da escola.** 5. ed, Goiânia: Alternativa, 2004.

NUNES, P. **Gestão financeira.** Disponível em:

<<http://knoow.net/clenceconemprr/gestao/gestao-financeira/>>. 2011. Acesso em abr. 2025.

OLIVEIRA, E. **Gestão de recursos materiais em escolas públicas.** Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/gestao-de-recursos-materiais-em-escolas-publicas/>> Acesso em abril. 2025.

SANTOS, D.A. dos. **PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola): uma**

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

reflexão sobre as políticas de financiamento da educação. 2018

TORRES, J.F. de. Avaliação do programa dinheiro direto na escola (PDDE)

e sua execução na área rural do município de Cavalcante-go no período

2013-2016. Universidade de Brasília. Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2019.